

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 388 - Brasília, segunda-feira, 20 de janeiro de 1997

Távola defende reeleição. PT debate plebiscito

O senador Artur da Távola defendeu o direito do presidente Fernando Henrique de pleitear a reeleição. José Eduardo Dutra criticou a intenção de FHC de recorrer ao plebiscito, enquanto Marina Silva considerou "fantástica" a oportunidade de uma consulta popular.

Páginas 4 e 5

Suplicy faz relato de conflito no PA

Página 6

Emília destaca Plano para a Igualdade

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) destacou a realização de encontro no Ministério da Justiça, na última quinta-feira (dia 16), destinado à elaboração do Plano de Ação Nacional para a Igualdade, que está sendo coordenado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. O plano será lançado no dia 8 de março, segundo a senadora, e traduz as diretrizes definidas na Conferência Internacional dos Direitos da Mulher.



Emília

Emília Fernandes informou que participam da feitura do plano entidades governamentais e não-governamentais e lideranças femininas. Estão sendo tratados no documento os temas "Combate à pobreza", "Educação", "Saúde", "Combate à violência doméstica e sexual" e "Acesso ao poder".



Epitácio Cafeteira: críticas ao projeto



Roberto Freire: o que falta é informação

Doação de órgãos provoca polêmica

Cafeteira, Freire, Jefferson, Cabral e Dutra discutem o projeto que trata da retirada de partes do corpo humano

Projeto de lei que transforma em doador de órgãos, após a morte, todo cidadão que não houver manifestado vontade em contrário, aprovado quinta-feira pelo Senado, provocou debates no plenário, na sessão de sexta-feira. O senador Epitácio Cafeteira, que votou contra a proposta, apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que, antes de sancionar a lei,

examine o que considerou "afrota à dignidade humana". Cafeteira foi apertado por Jefferson Peres, Bernardo Cabral e José Eduardo Dutra. Já o senador Roberto Freire atribuiu as críticas ao projeto, veiculadas na imprensa, a preconceitos e desinformação. Ele lembrou que a proposta apenas facilita a doação de órgãos e defendeu uma campanha de esclarecimento. **Página 3**

Hollanda pede apoio ao Proálcool

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) afirmou sexta-feira que a viabilização, o desenvolvimento de novas tecnologias e o barateamento dos custos na produção do álcool carburante exigem uma "remobilização da sociedade" e uma firme decisão de governo em torno do Programa Nacional do Alcool.

Segundo Joel de Hollanda, o Proálcool fez do Brasil o primeiro país equipado com uma "frota verde", movida a energia renovável, "numa audaciosa política de independência em relação ao petróleo que, hoje, Estados Unidos, França, Japão e Suécia tentam palmilhar".

Joel de Hollanda lembrou que, na década de 70, quando foi instituído, a pressão altista sobre os preços do petróleo no



Joel de Hollanda

mercado mundial colaborou para o sucesso do programa, mas a queda relativa daqueles preços fez com que o Proálcool "perdesse algo de sua importância estratégica".

Conforme o senador, o saldo atual dessa política é uma estrutura com capacidade de produzir 270 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, das

quais são extraídos álcool hidratado, álcool anidro, açúcar, bagaço de cana e levedura seca, de alto valor protéico. Acrescentou que essa estrutura produtiva precisa ser corrigida, "pois reproduz os desequilíbrios estruturais entre o Sul e o Norte do País ao registrar, na região Centro-Sul, produtividade 2,3 vezes maior que a do Nordeste".

Para Joel de Hollanda, se os vinte anos de existência do Proálcool não foram suficientes para que ele atingisse a maioridade de dispensar subsídios, isso não justifica abandonar um programa que movimentava cerca de R\$ 9 bilhões ao ano, emprega mais de um milhão de pessoas, gera energia automotiva e elétrica e produz alimentos como açúcar e levedura.

Benedita da Silva cobra solução para drama das enchentes no Rio

Projeto de macrodrenagem da bacia hidrográfica da região de Jacarepaguá seria a saída para problema que se repete a cada verão

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) comunicou ter procurado o governador do Rio de Janeiro e o prefeito da capital com o objetivo de cobrar ações que, a curto prazo, amenizem os distúrbios causados pelas enchentes nos bairros de Jacarepaguá e da Barra, e outras medidas que, a médio prazo, promovam soluções definitivas para o problema que, conforme a senadora, se renova anualmente durante o verão.

Ela também pediu a essas autoridades providências que atendam aos menores internos do Instituto Padre Severino, cuja superlotação e a mistura de infratores primários e rein-

cientes provocaram, no seu entender, "a tragédia da noite do Ano Novo, quando alguns meninos atearam fogo numa parte do instituto", ocasionando mortes e queimaduras graves entre eles.

Segundo Benedita da Silva, o prefeito se comprometeu a elaborar, no prazo máximo de uma semana, um plano de emergência que venha a minorar os efeitos das chuvas. Por outro lado, essa autoridade, conforme a senadora, destacou a importância do projeto de macrodrenagem da bacia hidrográfica da região de Jacarepaguá, que resolverá definitivamente o problema.

- Trata-se de um projeto de

longo prazo, orçado em 240 milhões de dólares, a maior parte dos quais seria financiada pelo Banco Mundial. Essa obra é de importância estratégica não só para Jacarepaguá, mas para toda a cidade do Rio - defendeu a senadora.

Quanto aos internos no Instituto Padre Severino, Benedita da Silva disse que o governador informou que serão criados 16 novos abrigos, com vistas à descentralização do atendimento aos menores infratores. Nessas instalações, de acordo com a senadora, seriam recebidos os casos mais graves, enquanto os institutos Padre Severino e João Luiz Alves passariam a abrigar somente os casos mais brandos, destinados a uma rápida socialização.



Benedita da Silva



Ernandes Amorim

Ernandes Amorim aplaude acordo entre estados

O senador Ernandes Amorim (RO) destacou o acordo celebrado dia 10 deste mês entre os estados do Acre e de Rondônia que pôs fim à disputa de mais de uma década pela área da Ponta do Abunã. Segundo ele, esse "acordo histórico solucionou os problemas dos moradores de Nova Califórnia e Extrema, demonstrando o descortino político das autoridades de ambos os estados".

Pelo acordo, o Acre transferiu para Rondônia, junto com a jurisdição sobre as duas cidades, todos os imóveis e benfeitorias que se encontram na área, sem qualquer indenização.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

Terça-feira (21.01.97)

11h - Sessão deliberativa extraordinária do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 61/96 - **Complementar**, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - Funapoli; *PLC nº 64/96, que institui o Sistema Nacional de Armas - Sinarm; e votação dos destaques requeridos e das emendas ao **Projeto de Resolução nº 118/96**, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal.

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: o primeiro dia de discussão da *PEC nº 54/95, que dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 102 da Constituição federal, que trata do efeito vinculante.

Quarta-feira (22.01.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 177/96 - **Complementar (tramitando em conjunto com o PLS nº 178/96-Complementar)**, que dispõe sobre a multa de mora decorrente do pagamento de tributos federais e contribuições após o vencimento; *PLS nº 178/96 - **Complementar**, que estabelece limite para a multa de mora decorrente do inadimplente de obrigação tributária; *PLS nº 41/96, que introduz alterações na Lei nº 8.629/93; e segundo dia de discussão da *PEC nº 54/95.

Quinta-feira (23.01.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Terceiro dia de discussão da *PEC nº 54/95.

Sexta-feira (24.01.97)

9h - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Quarto dia de discussão da *PEC nº 54/95.

COMISSÕES

Terça-feira (21.01.97)

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a

MP nº 1507-15/97, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1508-13/97, que concede isenção do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, dispõe sobre período de apuração e prazo de recolhimento do referido imposto para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente e escolha do relator. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1511-6/97, que dá nova redação aos arts. 44 da Lei nº 4.771/65, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte norte da região Centro-Oeste

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

Quarta-feira (22.01.97)

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1522-3/97, que altera dispositivos das Leis nºs 8.112/90, 8.460/92 e 2.180/54

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1524-3/97, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1565/97, que altera a legislação que rege o salário-educação

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

Cafeteira critica lei de doação de órgãos

Jefferson Peres também se manifesta contra a proposta, que tem o apoio de José Eduardo Dutra, enquanto Bernardo Cabral rejeita interferência do Estado na questão

Ao sustentar que, por desinformação e dificuldade de manifestar-se, os brasileiros que vivem no interior serão os principais prejudicados pela lei de doação de órgãos, o senador Eptácio Cafeteira (PPB-MA) dirigiu sexta-feira apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que "examine o quanto existe de afronta à dignidade humana numa lei que transforma doação em obrigação".

Depois de lembrar que votou contra o projeto, o senador se disse preocupado com as manchetes publicadas sexta-feira nos jornais com a informação de que todo brasileiro agora é doador, exceto aqueles que se manifestarem contrariamente mediante ressalva na carteira de identidade ou de habilitação. Para ele, isso só beneficia os brasileiros bem informados, capazes de tomar essa iniciativa, visto que mais da metade

da população rural não tem carteira de identidade.

- As vítimas dessa lei serão principalmente os pobres, os homens e mulheres do interior, que nem carteira de identidade têm. Primeiro, eles não saberão da existência dessa lei e, se não têm carteira de identidade, como fariam para fazer constar nela que não aceitam doar seus órgãos? - indagou.

Cafeteira afirmou que essa legislação é da inteira responsabilidade do Senado, visto que a Câmara não a aprovou. Alertou também para o fato de que não existe *doação obrigatória*. "É inusitado que a doação de um órgão dispenhe autorização do seu dono", observou. Outro argumento do senador é o de que, no interior, mesmo que se faça uma campanha de esclarecimento sobre doação de órgãos, o efeito será mínimo. Ele vê também o



Jefferson Peres

risco de surgir um comércio de órgãos para serem vendidos nas capitais.

O senador receia a ocorrência de erros na constatação de morte cerebral do paciente, assim como interferência na liberdade religiosa, plenamente respeitada no Brasil. "As testemunhas de Jeová não aceitam sequer a retirada do sangue, imagine a retirada de órgãos. Os católicos aguardam o dia da ressurreição. E aí, vão ressuscitar sem os olhos, sem o coração? Isso tudo se chama respeito à liberdade religiosa", notou ele.

Em aparte, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) lembrou que também sempre foi contra a doação presumida de órgãos, argumentando que os defensores da

lei partiram do pressuposto de que, no Brasil, há milhões de doadores em potencial, que se omitem em ceder seus órgãos. "Se existissem milhões de doadores em potencial, por que o poder público não faz uma campanha alertando essas pessoas para doarem seus órgãos? Eu também entendo que, por omissão, os pobres é que vão ter seus órgãos extirpados", frisou Jefferson Peres.

Também em aparte, Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou que a questão padece de vício de origem no sistema jurídico brasileiro, visto que o Estado não pode interferir sobre um patrimônio pessoal, "que implica no bem mais valioso de uma pessoa - a própria vida". José Eduardo Dutra (PT-SE) aparteu para dizer que, no debate dessa lei, não aceita argumentos amparados em manchetes de jornais. "Onde está dito que os religiosos terão suas convicções atingidas?" Para Dutra, o que a omissão legal hoje propicia é a morte de muitas pessoas.

Senador teme que população do interior não seja informada sobre mudança na lei

Freire aponta preconceitos e desinformação

Preconceitos e desinformação são, segundo disse sexta-feira o senador Roberto Freire (PPS-PE), os principais conteúdos das opiniões que estão sendo veiculadas na imprensa contra o projeto que facilita a doação de órgãos, aprovado na

quinta-feira pelo Senado. Ele afirmou que a proposição não representa "uma violência", nem "uma ditadura".

Quanto aos argumentos de que boa parte da população não teria condições de ser informada de que, após a morte, será doadora de órgãos, salvo

manifestação de vontade em contrário, o senador lembrou as campanhas de vacinação promovidas no País. Assim como estas, o projeto supõe e terá um bom programa de informação, acrescentou.

Roberto Freire também contestou as alega-

ções relativas às dificuldades culturais e de falta de preparo adequado dos hospitais brasileiros, observando que o projeto apenas regulamenta procedimentos de transplante de órgãos já adotados em caso de morte cerebral.

Plebiscito não pode ser usado de forma casuística, considera Dutra

Segundo o líder do PT no Senado, a própria instituição da democracia fica ameaçada diante de governantes que se julgam "insubstituíveis"

O senador José Eduardo Dutra (SE), líder do PT, criticou sexta-feira a intenção do presidente Fernando Henrique Cardoso de recorrer ao instrumento constitucional da consulta popular, mediante plebiscito ou referendo, de forma "casuística" e como parte de uma "estratégia política" para reverter um eventual resultado adverso na votação da proposta de reeleição.

A consulta popular é um instrumento muito valioso de aprimoramento da democracia "para ser reduzido a um mero recurso político conjuntural", afirmou ele. Depois de lembrar que a figura constitucional da consulta popular ainda carece de regulamentação legal, Dutra observou que a própria instituição da democracia



José Eduardo Dutra

fica ameaçada diante de governantes que se julgam "insubstituíveis".

O senador instou Fernando Henrique Cardoso a fazer um bom governo e, com isso, criar condições políticas para eleger um sucessor identificado com sua proposta e seu trabalho, sem cair na tentação do continuísmo.

Em aparte, o senador

Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou o pronunciamento, acrescentando sua preocupação com a tendência governamental de substituir pessoas e votos por dados estatísticos de pesquisas de opinião, na criação de uma "democracia virtual".

José Eduardo Dutra aproveitou seu discurso para também apelar aos parlamentares no sentido de se repudiar e combater o "terrorismo e a desinformação" presentes em muitas das reações observadas diante da aprovação do projeto que torna todos os brasileiros adultos doadores em potencial de órgãos para transplante, após sua morte. José Eduardo Dutra manifestou confiança de que o presidente da República sancione a lei, sem se deixar levar por preconceitos.



Lauro Campos

Lauro desconfia de popularidade do Presidente

O senador Lauro Campos (PT-DF) disse sexta-feira que a popularidade atribuída ao presidente Fernando Henrique Cardoso é, em boa parte, resultado da manipulação de estatísticas divulgadas pela mídia. Apesar dos índices inflacionários terem baixado significativamente, o senador chama atenção para a necessidade de realização de mudanças que modifiquem o quadro social, que, a seu ver, continua caracterizada por uma profunda disparidade entre as classes.

Lauro Campos disse que o Plano Real tornou-se o maior trunfo da reeleição de Fernando Henrique. No entanto, para ele, "o Real corre o risco de não dar certo" e aí o prejuízo será de toda a sociedade. O senador afirmou que o argumento de que a estabilidade da economia depende da reeleição não tem sentido. Para ele, as autoridades da área econômica passaram a esconder o que é ruim e divulgar apenas o que é bom.

Para Marina, consulta à população seria uma "oportunidade fantástica"

"Meu limite é a minha ética", disse sexta-feira, em plenário, a senadora Marina Silva (PT-AC), ao defender a realização de um referendo sobre a proposta de emenda constitucional que, se aprovada, permitirá ao presidente Fernando Henrique Cardoso candidatar-se a um novo mandato.

- Sou simpática à tese do

referendo porque todo o processo de discussão passaria pelo Congresso Nacional. Se os senhores deputados e senadores que debateram o tema aprovarem a lei, submeteriam essa sua decisão ao conjunto da sociedade brasileira, dando a ela uma oportunidade fantástica de referendar ou não uma atitude do Congresso - explicou.



Marina Silva

Távola: Restrições à reeleição são políticas

Presidente Fernando Henrique Cardoso tem o direito de tentar atingir metas de sua administração candidatando-se a um novo período de governo, afirma o senador

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) defendeu sexta-feira o que considerou um direito do presidente Fernando Henrique Cardoso de tentar atingir as metas da sua administração por meio do prolongamento do seu mandato, candidatando-se à reeleição.

- Por que o Presidente não pode ter o direito de se candidatar à reeleição, se for aprovada a emenda que muda a Constituição? Não vejo razão de ordem ética. Não vejo razão de ordem lógica. Vejo apenas razões de ordem política. Ou seja, fazem restrições ao atual presidente porque seu governo vem obtendo êxito - afirmou.



Artur da Távola

Depois de lamentar os ataques ao presidente da República, "que ultimamente vêm se transformando em insultos", Artur da Távola perguntou: "E por que o Presidente tem tanta popularidade se os grandes

problemas do País, como saúde e segurança, não estão resolvidos?" Para ele, a resposta é simples: as pessoas perceberam que são corretos e claros os objetivos do governo, principalmente quanto à estabilidade econômica.

Artur da Távola acha que o debate da reeleição nasceu antes da hora, o que tumultuou o quadro político do País. "Assim, a sucessão presidencial despontou cedo demais, gerando uma natural reação de prováveis candidatos a presidente do País." Outro problema decorrente do debate da reeleição, a seu ver, foi a paralisação das reformas estruturais pretendidas pelo governo.



Leomar Quintanilha

Quintanilha: Lei do Passe vai à Justiça

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) informou ao plenário que participou na quinta-feira da assembleia da Confederação Brasileira de Futebol, no Rio, quando ficou claro que os problemas que surgiram com a Lei do Passe só serão resolvidos na Justiça. As 27 federações estaduais decidiram não cumprir a Resolução nº 1/96 do Conselho Deliberativo do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, órgão vinculado ao Ministério do Desporto.

Essa resolução regulamenta o passe livre para os jogadores de futebol com 30 anos a partir deste ano. A assembleia da CBF considera, conforme Quintanilha, inconstitucional a Resolução nº 1/96, porque uma lei anterior (Lei 6.354/76) diz que o passe será cedido ao próprio jogador somente aos 32 anos de idade.

Vitrine abre a temporada com esculturas

Trabalhos do artesão maranhense Pedro Oliveira Barros, 79 anos, abrem hoje a temporada deste ano de exposições na Vitrine dos Estados, localizada no corredor que liga o Anexo I do Senado ao Edifício Principal. As suas obras consistem na transformação de troncos e galhos de árvores do cerrado em esculturas de animais e plantas brasileiras.

Ademir elogia artigo de Sarney sobre a emenda

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu a transcrição nos Anais da Casa de artigo do presidente José Sarney, publicado sexta-feira pelo jornal *Folha de S. Paulo*, com críticas ao comportamento político do presidente Fernando Henrique Cardoso no encaminhamento da questão da emenda constitucional que propõe a adoção do instituto da reeleição no País.

Depois de frisar ter "divergências políticas e ideológicas" com Sarney, Ademir disse reconhecer no presidente do Senado um "político correto, um democrata que sabe conviver com os contrários e ouvir as pessoas". O parlamentar concordou com as críticas feitas ao presidente da República.

Novas funções exigem mais do INPI, alerta Campos

O senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu a importância de se dotar o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) dos meios necessários ao desempenho das novas tarefas que lhe serão atribuídas quando, daqui a menos de 10 meses, entrar em vigor a Lei de Propriedade Industrial aprovada pelo Congresso no ano passado.

Segundo o senador, o ex-presidente do INPI José Roberto Daffonseca Gusmão afirmou, recentemente, que a autarquia se encontra desaparelhada e acéfala, o que, conforme Campos, a torna "incapaz de responder aos desafios que a esperam", a partir da vigência da nova lei.

Campos explicou que o INPI terá a responsabilidade de patentear alimentos, remédios, produtos químicos e biotecnológicos, além de microorganismos alterados geneticamen-

te. Também será responsável pela aplicação do *pipeline*, mecanismo que, de acordo com o senador, obriga o Brasil a reconhecer patente concedida por outro país a remédios, alimentos e produtos químicos, desde que não tenham sido vendidos em nenhum mercado.

- São funções novas. Algumas altamente sofisticadas, que exigem conhecimento especializado. Além delas, cabe ao INPI avaliar e, se necessário, proteger marcas e patentes para evitar a atuação predatória dos concorrentes - garantiu o senador, lembrando que a Lei de Propriedade Industrial situa o País entre "as nações que cultivam a seriedade e o respeito ao direito de invenção".

Na opinião de Júlio Campos, a propriedade industrial "é importante demais para ser deixada em mãos de burocratas despreparados".



Júlio Campos



Francisco Escórcio

Violência contra sem-terra no DF preocupa Escórcio

O senador Francisco Escórcio (PFL-MA) pediu sexta-feira à Mesa do Senado que designe uma comissão para averiguar a questão da violência urbana contra os sem-terra no Distrito Federal. Ele reportou-se a matérias publicadas sexta-feira pelos jornais *Correio Braziliense* e *Jornal de Brasília*, onde são mostradas fotos da ação da Polícia Militar contra invasores instalados em 250 barracos na cidade-satélite de Samambaia, que foram derrubados pela fiscalização do GDF.

Segundo Escórcio, a violência contra os sem-terra do Pará é parecida com a que ocorre contra os favelados do Distrito Federal. A seu ver, a exemplo do que foi feito em relação àqueles conflitos, quando foram constituídas comissões no Senado para verificar *in loco* a situação, também o problema do DF merece ser examinado por uma delas, "já que o local está a apenas vinte minutos do Congresso".

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) explicou que o governo do Distrito Federal enfrenta problemas de migrações do campo e de outras metrópoles brasileiras, que inflam o entorno de favelas e de criminalidade. Leomar Quintanilha (PPB-TO), também apartando, concordou que o maior fator de favelização de Brasília é o desemprego, "que pode levar ao aumento da desobediência civil e ao agravamento da violência no campo e nas cidades".

Suplicy relata como foram assassinados os sem-terra

Demora do governo em adotar medidas para promover a reforma agrária provoca intranquilidade no campo, alerta o senador

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse sexta-feira que os três homens assassinados no dia 13 último em Ourilândia do Norte (PA) eram trabalhadores rurais, não faziam parte de qualquer movimento organizado e teriam ido à Fazenda Santa Clara para ganhar um lote, porque souberam que o Incra estava desapropriando a terra. Eles não portavam armas de fogo, mas apenas facões que utilizam em seu trabalho.

Essas informações foram obtidas pelo senador durante visita ao município, na última quinta-feira, acompanhado da senadora Marina Silva (PT-AC) e dos senadores Sebastião Rocha (PDT-AP) e Ademar Andrade (PSB-PA), de deputados federais e de representantes da Procuradoria Geral da República, do Incra e do Ministério da Justiça.

Suplicy transmitiu ao plenário da Casa o que apurou em conversas com o prefeito



Eduardo Suplicy

Romildo Veloso, com representantes dos trabalhadores, vereadores e autoridades locais. Ele ressaltou que há uma intranquilidade muito grande diante da demora do governo em adotar medidas para promover a reforma agrária. O senador também leu os depoimentos das viúvas de dois dos assassinados - Antonio Souza Barros e Antonio Ferreira Filho - e disse que o proprietário da fazenda, Evair Vilela Queiroz, em outras ocasiões havia adotado atitudes que não con-

dizem com a busca da paz e da justiça social, fazendo ameaças aos trabalhadores.

O senador chamou a atenção do plenário para a gravidade dos conflitos no campo, citando levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre o número de mortes nos últimos anos: 49 em 1991, 35 em 1992, 43 em 1993, 36 em 1994, 41 em 1995 e 47 em 1996.

Eduardo Suplicy referiu-se ainda à informação de que no último dia 16 foram mortos dois trabalhadores rurais em Rio Bonito do Iguacu, no Paraná, em uma emboscada. O senador sustentou a necessidade de esses crimes não ficarem impunes. Em aparte, Marina Silva sugeriu que os senadores formem uma comissão para saber do ministro da Reforma Agrária o motivo pelo qual o Incra não está desapropriando terras oferecidas por fazendeiros para a reforma agrária.

Ademar critica prisão de trabalhadores em Marabá

O senador Ademar Andrade (PSB-PA) denunciou sexta-feira, em plenário, a "injustiça" que está sendo cometida contra quatro trabalhadores e moradores de Serra Pelada, presos na penitenciária de Marabá desde o ano passado e "passando necessidades".

Apesar de não terem antecedentes criminais e possuírem residência fixa e conhecida, segundo o senador, aqueles trabalhadores não podem desfrutar do benefício de responder aos processos em liberdade, "possibilidade legal que no Brasil acaba virando um privilégio restrito aos



Ademar Andrade

ricos e poderosos".

De acordo com Ademar Andrade, os trabalhadores detidos Aurino Francisco dos Santos, José Elieilson Brito, Maurício Braga de Souza e Claudiomar Elias de Mello são líderes garimpeiros e comuni-

tários de Serra Pelada. Claudiomar está em greve de fome e com seu estado de saúde debilitado.

O senador criticou o juiz de Curionópolis, que, acentuou, sistematicamente vem negando a liberdade para os quatro, e denunciou a Companhia Vale do Rio Doce como fonte de pressão pela manutenção dessas prisões. Segundo Ademar, a Vale expulsou os trabalhadores de Serra Pelada, pagando indenizações insuficientes, e agora está construindo uma cerca com sete metros de altura para manter o domínio da área.

Instituto Legislativo começa ano com prédio próprio

Fruto da reforma administrativa do Senado, recentemente aprovada, a entidade treinará centenas de funcionários a serem remanejados em 1997, sobretudo os servidores da Gráfica

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), criado na última quinta-feira em substituição ao Centro de Seleção e Treinamento do Senado e órgãos de treinamento da Gráfica e do Prodasen, começa a funcionar já em prédio próprio, ao lado das Edições Técnicas. O prédio será inaugurado na próxima quinta-feira (dia 23), às 11h, pelo presidente do Senado, José Sarney, e pelo primeiro secretário, senador Odacir Soares (PFL-RO).

O novo prédio dispõe de um auditório para 75 pessoas e oito salas de aula, uma delas com terminais de computadores, para treinamento de servidores. Até agora, o



José Sarney

Cedesen funcionou no 22º andar do Anexo I, em salas improvisadas. "O Cedesen passa a ser o Instituto Legislativo Brasileiro, mas vai continuar com apenas 20 funcionários", segundo o diretor-executivo do ILB, Raimundo Cunha Neto.

O instituto foi criado pela resolução da reforma administrativa do



Odacir Soares

Senado, aprovada pelo plenário na última quinta-feira - ainda falta a votação de emendas em destaque. Ele será um dos órgãos a participar ativamente da reforma administrativa, treinando centenas de funcionários que serão remanejados neste ano, em especial os servidores da Gráfica que irão ficar à disposição do Senado

nos próximos quatro anos. Por causa do processo de automação da Gráfica, cerca de mil funcionários serão transferidos para o Senado, sem alteração de salários.

No ano passado, o Cedesen ofereceu cursos de treinamento a 1.960 servidores do Senado, em diversas áreas, como processo legislativo, idiomas e computação. Agora, já como Instituto Legislativo Brasileiro, receberá em seus cursos não apenas funcionários do Congresso, mas de assembleias legislativas e câmaras municipais. Com recursos do BID e da ONU, treinará também servidores de parlamentos da América Latina.

Senado lança livros sobre História política do País

Importantes episódios da História política do País e do Senado estão presentes em oito livros que serão lançados nesta quarta-feira, às 18h30, no Salão Negro do Congresso Nacional. A terceira versão do CD-ROM com toda a legislação federal e uma bibliografia brasileira de Direito também poderá ser conhecida pelo público.

As publicações foram editadas pela Secretaria de Documentação e Informação (SDI) e pelo Centro Gráfico do Sena-

do. O ato de lançamento contou com a presença do presidente da Casa, senador José Sarney, e do primeiro secretário, senador Odacir Soares.

Os livros *A Constituição Perante a História*, de F. I. Marcondes Homem de Mello, *A Província*, de Aureliano Cândido de Tavares Bastos, e *Sistema Representativo*, de José de Alencar, dão início à coleção "Memória Brasileira", comemorativa dos 170 anos de instalação do Senado. A coleção "Grandes Vultos que Honraram

o Senado" tem continuidade com o lançamento de um livro sobre o ex-senador Clodomir Cardoso.

Outras publicações também serão conhecidas pelo público: *Legislação Eleitoral no Brasil: do Século XVI a nossos dias*, do professor Walter Costa Porto e do ministro Nelson Jobim, *A História Institucional do Senado*, do professor Vamireh Chacon, *O Senado na História do Brasil*, de autoria de uma equipe de servidores da Casa, e *Meio Ambiente - Legislação*.

O CD-ROM *Legislação Brasileira*, produzido pela SDI e pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal, o Prodasen, contém todas as leis desde 1946 até 31 de agosto de 1996, além do texto integral da Constituição com as respectivas emendas, leis complementares, ordinárias e delegadas, medidas provisórias, resoluções do Senado e decretos. A Bibliografia Brasileira de Direito também integra o disco.

Cabral manifesta apoio ao Líbano

Senador destaca conferência realizada em Washington, afirmando que chegou o momento de o mundo ajudar país a recuperar-se dos danos causados por 15 anos de guerra civil

“O mundo não aguenta mais ameaças à paz e é chegado o momento de a comunidade das nações ajudar o Líbano a recuperar-se dos danos causados por 15 anos de guerra civil”, disse sexta-feira o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), ao destacar a recente realização, em Washington, da Conferência Amigos do Líbano.

Cabral disse que o Brasil foi o único país latino convidado a participar do evento, e pediu a transcrição nos Anais do Senado do relato feito sobre o encontro pelo secretário de Assuntos Estratégicos, ministro Ronaldo Sardenberg, durante audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE).

Referindo-se ao relato de Sardenberg, o senador disse que é total a confiança do Brasil na recuperação da economia libanesa e em sua capacidade de reassumir o papel de centro comercial e financeiro de todo o Oriente Médio. Daf por que Cabral considera

importante não apenas a cooperação mundial governo a governo, mas sobretudo o engajamento da iniciativa privada internacional no processo.

Conforme o senador, o ministro relatou para a CRE os planos de ajuda apresentados por vários países presentes à Conferência Amigos do Líbano, dizendo que a maior contribuição anunciada foi a da União



Bernardo Cabral

Européia - US\$ 1,5 bilhão. Lembrou que quase 8 milhões de brasileiros têm laços de família com o Líbano e que o Brasil abriga a maior população de ori-

gem libanesa do mundo.

Disse ainda que Sardenberg destacou a moção aprovada pelo Congresso brasileiro de irrestrita solidariedade àquele povo no seu esforço de reconstrução, reconciliação nacional e libertação das intervenções estrangeiras. Cabral elogiou também o trabalho do ministro Luís Felipe Lampreia à frente do Itamaraty e seu ideal de “deixar para trás a famosa diplomacia dos punhos rendados”.

Aplausos ao fim da ocupação de Hebron

O senador Bernardo Cabral louvou o fim da ocupação militar israelense em Hebron, dizendo que, “depois de 30 anos controlando a cidade, os soldados de Israel descem agora a bandeira nacional e comemam a desmontar seu respectivo quartel geral”. Para o senador,

o fato de 80% do território de Hebron ficarem agora sob o controle da Palestina é um louvável sinal de paz, assim como a reconstrução do Líbano.

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) aparteu para exaltar o esforço de reconstrução do Líbano e a solidariedade do Brasil nesse propósito. “Que a

paz no Oriente Médio seja uma paz duradoura”, disse Nabor. Bernardo Cabral aproveitou para elogiar os esforços do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu e do presidente da Autoridade de Palestina, Yasser Arafat, na concretização da paz.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JEFFERSON PERES E NABOR JÚNIOR E PELA SENADORA EMÍLIA FERNANDES

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney - **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos - **1º Secretário:** Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros - **3º Secretário:** Levy Dias

4º Secretário: Emandes Amorim

Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares - Eduardo Suplicy - Emília Fernandes - Ney Suassuna

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios

Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos

Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sergio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento

Revisão - Lindolfo Amaral e Fernando Varela

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.